

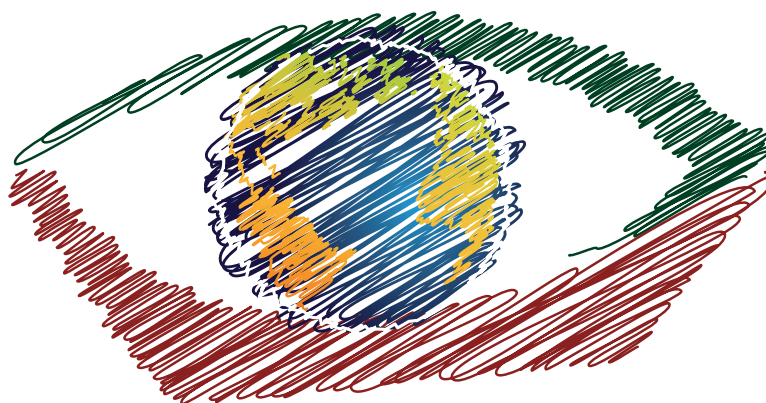
OBSERVARE 1st International Conference

16 - 17 - 18 November, 2011

I Congresso Internacional do OBSERVARE

16 - 17 - 18 Novembro, 2011

INTERNATIONAL TRENDS and Portugal's Position



AS TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS e a posição de Portugal

Actas

Universidade Autónoma de Lisboa | Fundação Calouste Gulbenkian

<http://observare.ual.pt/conference>



As Migrações como desafio de segurança para os países Mediterrânicos. Uma análise de longo-prazo das tendências demográficas (1950-2050)

Teresa Ferreira Rodrigues
Universidade Nova de Lisboa

Susana de Sousa Ferreira
Universidade Nova de Lisboa

Palavras chave: Mar Mediterrânico, Migrações, Segurança, Cenários previsíveis

Esta comunicação centra-se na análise da dinâmica demográfica dos países do Mediterrâneo, visto como um indicador de segurança para a década actual e futuras. A ligação entre demografia e segurança é estabelecida a partir de uma perspectiva histórica (1950-2010) e inclui dinâmicas naturais (i) (fertilidade, mortalidade) e migratórias, assim como (ii) os resultados mais recentes da investigação sobre este tópico. Uma vez estabelecidas as diretrizes principais de cada um dos 21 países banhados pelo Mar Mediterrâneo, de acordo com equilíbrios micro demográficos e movimentos migratórios, reuniu-se informação importante de forma a (a) obter uma perspectiva integrada da realidade actual baseada em indicadores demográficos e socioeconómicos, (b) caracterizar comportamentos migratórios colectivos no passado recente, (c) identificar tendências e comportamentos desiguais actuais e futuros, com base em cenários oficiais médios de previsão até 2050, (d) sublinhar a natureza crucial que os movimentos migratórios assumiram nas sub-regiões do Mediterrâneo, (e) avaliar os desafios que os movimentos migratórios representam para a segurança do Mediterrâneo nas próximas décadas, e (f) assinalar para debate futuro a eficácia real das políticas migratórias actuais para ambos os lados do Mar Mediterrâneo.

Teresa Ferreira Rodrigues – Doutora em História Contemporânea na Especialidade Demografia (UNL). Professora Associada com Agregação em Ciência Política e Relações Internacionais. Docente do Departamento de Estudos Políticos da FCSH-UNL. Investigadora do IPRI-UNL e do CEPESE-UP. Responsável e membro de projectos de âmbito nacional e internacional. Autora de centena e meia de artigos e seis livros publicados nas áreas das migrações, mortalidade, envelhecimento, análise prospectiva e planeamento, segurança.

Susana de Sousa Ferreira – Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais na Especialidade de Estudos Europeus pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Doutoranda em Relações Internacionais na Especialidade de Estudos de Segurança e Estratégia pela Universidade Nova de Lisboa. Investigadora do IPRI – Instituto Português de Relações Internacionais.

Migrations as a security challenge for the Mediterranean countries. A long term analysis of demographic trends (1950-2050)

Teresa Ferreira Rodrigues
Susana de Sousa Ferreira

Abstract

This presentation focuses on the analysis of the migratory dynamics of the Mediterranean countries, seen as a predictor of security for the present and future decades. Once established for each of the 21 countries bordering the Mediterranean Sea their main guidelines in accordance with population balances and migration movements, relevant information was gathered in order to: (a) get an integrated perspective of current migratory reality; (b) characterize collective migratory behaviours in recent past; (c) identify unequal present and future trends and behaviours, using official medium forecast scenarios as far as 2050 and underline the crucial nature they have assumed in Mediterranean sub regions; and (d) assess the challenges that migratory movements present to security in the Mediterranean for the next decades.

Keywords: Mediterranean Sea, Migrations, Security, Forecast Scenarios

Resumo

Esta apresentação centra-se na análise das dinâmicas migratórias dos países da orla do Mediterrâneo e no modo como estas podem ser entendidas como *predictors* de segurança nas décadas presentes e futuras. Foi recolhida informação relevante com o objectivo de: (a) obter uma perspectiva integrada da realidade demográfica mediterrânica; (b) caracterizar os movimentos migratórios actuais e identificar tendências e comportamentos diferentes presentes e futuros, recorrendo a cenários prospectivos de longo prazo até 2050; (c) destacar a natureza crucial que os movimentos migratórios protagonizam nas subregiões mediterrânicas e os desafios que apresentam à segurança no Mediterrâneo nas próximas décadas; e (d) avaliar a real importância que as políticas migratórias podem vir a desempenhar nas próximas décadas, no que se relaciona com os desafios de segurança.

Palavras-chave: Mar Mediterrâneo, Migrações, Segurança, Cenários prospectivos

“O Mediterrâneo, para a História é, simultaneamente, uma multiplicidade una e uma unidade múltipla; um universo constituído por mil e um universos; um ponto de confluências de ideias, de homens, de religiões, de barcos, em suma, de várias civilizações. Um espaço diverso onde o relevo, como factor de divisão, recorta várias pátrias diferentes entre si...”

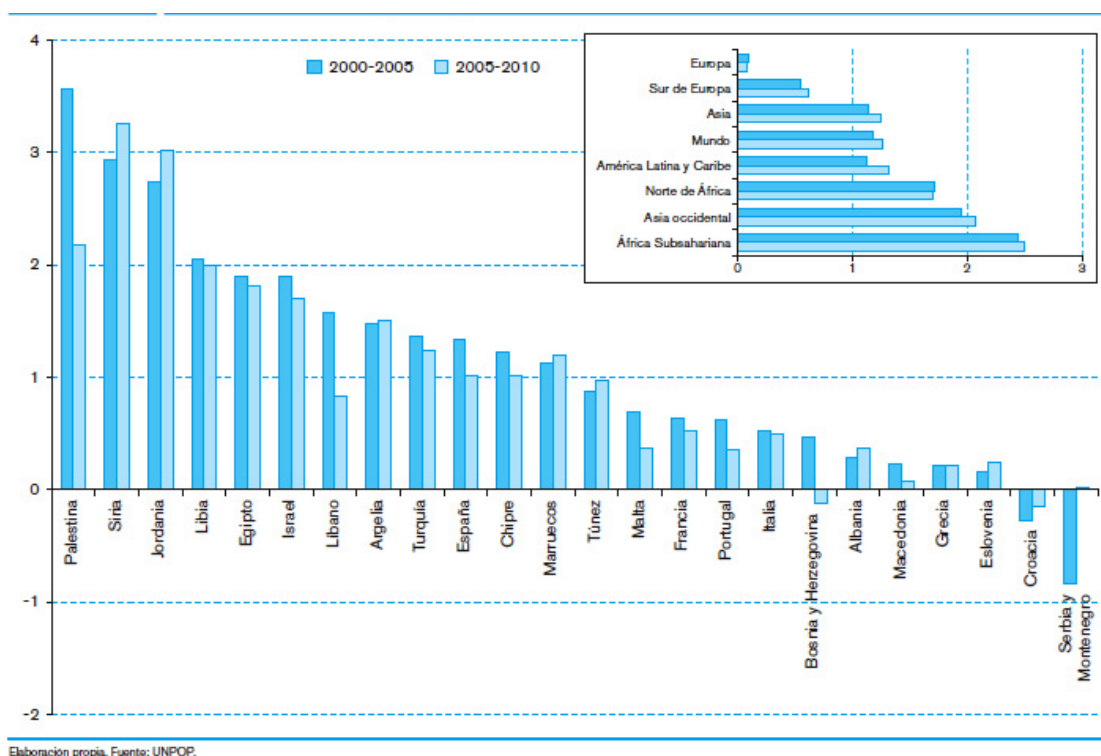
Fernand Braudel

O Mediterrâneo é um espaço de confluência e divisão. A grande diversidade cultural, linguística e política traduziu-se em profundas divisões políticas e culturais ao longo da história. O *Mare Nostrum*, ao mesmo tempo que une três continentes serve também como um dos principais “corredores” do sistema migratório mundial. Analisá-lo numa perspectiva ampla de avaliação de sustentabilidade implica destacar o factor humano e os seus enquadramentos actuais, regionalmente diferenciados. A variedade cultural e religiosa explica os diferentes comportamentos demográficos existentes na região. A tendência de convergência dos comportamentos colectivos face à fecundidade e mortalidade, as migrações e os vários tempos do processo de transição demográfica¹ em curso explicam a diversidade das dinâmicas de crescimento populacional das entidades políticas (RODRIGUES, FERREIRA, 2011).

O factor demográfico assume uma enorme importância geopolítica nos equilíbrios actuais dos 21 Estados da orla do Mar Mediterrâneo, o que nos permite considerá-lo um *predictor* de futuro de cada um deles, designadamente em termos de ajustamento perante as transformações expectáveis nas dinâmicas de crescimento nas próximas décadas. Ao longo dos últimos 60 anos, o crescimento populacional nas margens do Mediterrâneo tem sido assimétrico (RODRIGUES, 2009). Nas margens Sul e Oriental do *Mare Nostrum* o volume de residentes aumenta significativamente, ao contrário do que sucede a norte. Existem na actualidade realidades muito distintas ao nível das dinâmicas demográficas no Mediterrâneo, que persistirão, mesmo que minoradas (Figuras 1 e 2). Tal não se apresenta forçosamente como um problema. Estamos já hoje perante uma situação de complementaridade entre ambas as orlas do Mediterrâneo. O fenómeno irreversível de envelhecimento das estruturas etárias e a redução de efectivos em idade activa é característico do norte, enquanto a sul temos uma grande oferta de mão-de-obra que o mercado não consegue absorver, o que transforma uma parte significativa da população adulta em potenciais migrantes.

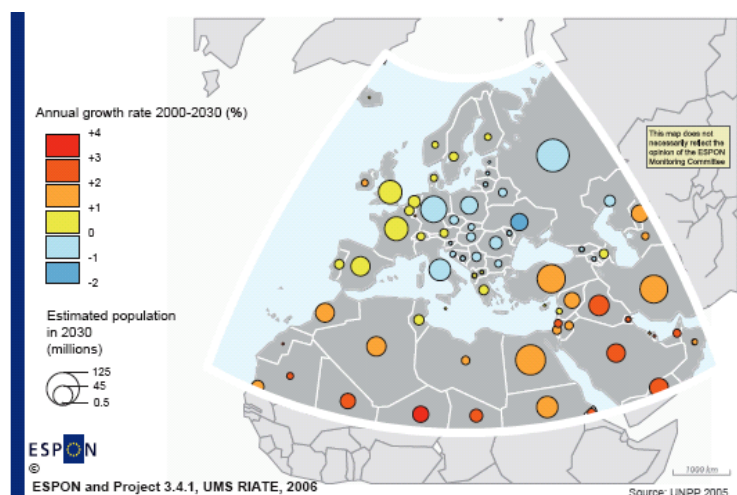
¹ O fenómeno efectua-se em várias etapas. Numa fase inicial os níveis de mortalidade descem, enquanto a fecundidade se mantém elevada, do que resulta um aumento demográfico acentuado. A este período segue-se a descida dos valores médios de fecundidade, que deixam de garantir a substituição das gerações (por ser inferior a 2.1 filhos por mulher), acompanhada pela gradual estabilização da mortalidade geral a valores baixos. A esperança média de vida aumenta e as estruturas etárias envelhecem. As populações crescem, como antes do início do processo, a um ritmo lento. (KINSELLA, PHILLIPS, 2005)

Figura 1. Crescimento Populacional no Mediterrâneo



FONTE: MED.2010: 421.

Figura 2. Crescimento Populacional da região (2000-2030)



FONTE: ESPON, 2009: 12.

A pressão migratória na região do Mediterrâneo no sentido Sul-Norte tende a acentuar-se. Esse fluxo migratório tem duas consequências directas: (i) garante dinamismo demográfico e/ou atenua a redução populacional em alguns países da margem norte; (ii) contribui para afrouxar o aumento da população residente nos países do sul. No entanto, há que encarar este aspecto com alguma cautela. Nem todo o norte é atractivo e nem todas as saídas do sul têm a margem norte como destino. Estes movimentos privilegiam os fluxos migratórios de sul para norte e coexistem com os que têm origem na Ásia Ocidental em direcção a Estados de imigração tradicional, de que constitui exemplo o caso turco-alemão.

Os países mediterrânicos protagonizam na actualidade um papel de destaque no contexto das migrações internacionais, porque se situam na confluência de dois sistemas migratórios de grande risco: uma grande área de mobilidade – África, e aquela que é a mais procurada das regiões de acolhimento – a Europa (AURABELL, 2001). As relativas certezas sobre o futuro da região do Mediterrâneo no que se refere aos volumes e indicadores de movimento natural de natalidade/fecundidade e mortalidade, contrastam com as incertezas do futuro dos saldos migratórios², embora esta não seja uma originalidade regional, antes um desafio global.

Desafios à segurança na região do Mediterrâneo – Nesta região encontramos uma panóplia de desafios à segurança, a maioria dos quais de carácter não militar e que carecem de respostas compreensivas e cooperativas. Reportamo-nos a um ecossistema rico em desigualdades de desenvolvimento, embora menos acentuadas que no passado próximo, a que acrescem factores de instabilidade interna e internacional. Ao fraco desenvolvimento económico dos Estados, à constante violação dos direitos humanos e ao carácter autoritário de alguns regimes, juntam-se outras fontes de instabilidade como o controle de determinadas fontes energéticas e o esgotamento dos recursos naturais, o crescimento demográfico e as migrações, o tráfico de seres humanos, o terrorismo, o tráfico de armas e o narcotráfico, os movimentos fundamentalistas e as diferenças culturais (PINTO, 2004: 87). Para além disso existem focos de tensão em ambas as margens: a) na margem Sul e Oriental o conflito Israelo-Palestiniano; b) na margem Norte os problemas nos Balcãs e a questão cipriota. Acresce a instabilidade política nos Estados islâmicos do Norte de África e Médio Oriente, palco de confrontos e revoltas em curso.

O Mediterrâneo percebido enquanto uma região instável, socialmente problemática, apresenta-se como uma ameaça à segurança e identidade da UE. O 11 de Setembro e a crescente ameaça do terrorismo, bem como a recente “Primavera Árabe” e a incapacidade dos Estados controlarem os fluxos migratórios, tidos como um factor de risco para a segurança dos Estados, vieram realçar a importância da cooperação nesta região. Os receios dos Estados perante uma imigração sem controlo e em larga escala resultam na associação da imigração a factores de insegurança. As migrações, de modo especial a ilegal, são frequentemente apresentadas como ameaça à ordem pública e às identidades nacionais, geradoras de resistência e alguma tensão social. Também o terrorismo, enquanto problema transnacional que afecta a segurança interna dos Estados, é frequentemente associado às migrações. Os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, seguidos dos ataques bombistas de Madrid em 2004 e Londres em 2005, trouxeram alterações às percepções de segurança e de ameaça e acentuaram essa associação entre migrantes e terroristas, uma vez que a mobilidade transfronteiriça foi central a estes acontecimentos. Como resposta às vagas migratórias ilegais, a UE tem vindo a reforçar as suas fronteiras externas, nomeadamente através do recurso a sistemas de informação e vigilância (como o SIS³, VIS⁴ e Eurodac⁵). As novas tecnologias permitem a categorização e controlo da mobilidade de determinados grupos. Contudo colocam entraves à garantia dos direitos humanos e, neste caso, à própria cooperação euro-mediterrânica.

Dinâmicas migratórias em perspectiva – A importância que assume este tema em termos do futuro da região mediterrânica e dos equilíbrios entre Estados remete-a para primeiro plano da cena política. O Mediterrâneo é uma região rica em diversidades, com fracturas de tipo cultural, económico e de desenvolvimento, que separam o norte do sul.

Com efeito, na margem norte as migrações constituem a chave do crescimento demográfico. No sul da Europa a imigração intra-europeia (composta sobretudo por idosos e explicada pelas boas condições climáticas que estes países possuem) e a extra-europeia contribuem para a existência de dinâmicas

² O saldo migratório consiste na diferença entre o número de entradas e saídas de determinado espaço. Ou seja, a diferença entre o número total de Emigrantes e Imigrantes.

³ O SIS – Sistema de Informação Schengen foi criado no âmbito do Acordo e Convenção Schengen e consiste num sistema comum ligado entre todos os Estados Schengen no qual constam informações sobre cidadãos não admitidos no espaço Schengen, cidadão para extradição, entre outros.

⁴ O VIS, *Visa Information System* (Sistema de Informação de Vistos), é uma base de dados sobre os vistos emitidos, pelos Estados do Espaço Schengen.

⁵ O sistema Eurodac permite aos Estados Membros identificarem, através de uma base de dados central, os requerentes de asilo e os cidadãos que tentaram transpor ilegalmente as fronteiras externas da União.

demográficas mais positivas. Já na margem sul do Mediterrâneo o aumento populacional é significativamente superior, apesar da previsível desaceleração dos ritmos médios de crescimento. Importa referir que alguns países do Mediterrâneo, sobretudo do Norte de África, funcionam como plataforma de acesso à Europa de populações do sul, o que se traduz também no aumento da pressão Sul Norte. Nas próximas décadas, a diferença entre os padrões de vida dos dois lados do Mediterrâneo torna inevitável o continuar dessa pressão. A proximidade geográfica, a afinidade linguística e cultural e o grau de permeabilidade são factores com um peso determinante no futuro regional (FARON, GEORGE, 1999: 352-353).

A Organização Internacional das Migrações (OIM) estima que em 2010 existiam cerca de 214 milhões de migrantes⁶ internacionais e que um em cada três deles residia na Europa, o que representa 8,7% do total. Os países do Mediterrâneo Sul e Oriental registavam uma população emigrante de 12 a 13 milhões, cerca de dois terços da qual se encontrava na UE (8,2 milhões, 64,7%), 2,7 milhões (21,4%) em países árabes (Golfo, Líbia e outros estados do Mediterrâneo Sul e Oriental) e 1,7 milhões noutras regiões do globo (Tabela 1). Os cidadãos turcos eram o grupo de imigrantes do Mediterrâneo mais significativo no continente europeu, constituindo metade do total de imigrantes de origem mediterrânica a residir na UE (Tabela 2). Assistimos desde o início de século a um aumento do número de imigrantes provenientes do Norte de África (CARIM). A subida do número de entradas de marroquinos foi de 13,2% em Espanha entre 2006 e 2007 (71397 indivíduos); em Itália, no mesmo ano, o número de autorizações de residência concedidas a marroquinos foi de +6,6%, a tunisinos de +5,3% e a egípcios de +5,9%.

Tabela 1. Migrantes originários do Mediterrâneo Sul e Oriental (2008)

Region of residence / Origin country	European Union		Arab countries	Rest of the world	Total
	Statistics of destination countries	Statistics of origin countries			
Algeria	811.826	1.118.674	72.887	23.491	1.215.052
Egypt	177.674	106.398	1.928.160	381.400	2.415.958
Israel	47.750	n.a.	n.a.		n.a.
Jordan	20.531	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Lebanon	145.807	157.030	123.966	325.604	606.600
Libya	28.096	n.a.	n.a.		n.a.
Mauritania	12.314	20.000	24.000	206.000	250.000
Morocco	2.102.534	2.837.654	281.631	173.314	3.292.599
Palestine	4.195	n.a.	n.a.		n.a.
Syria	100.137	n.a.	n.a.		n.a.
Tunisia	365.003	846.803	142.655	28.715	1.018.173
Turkey	2.525.558	3.106.958	131.494	590.926	3.829.378
Total SEM	6.341.425	8.193.517	2.704.793	1.729.450	12.627.760

n.a.: not available

FONTE: FARGUES, 2009

⁶ O conceito de migração implica um “movimento de população para o território de um outro Estado ou dentro do mesmo que abrange todo o movimento de pessoas, seja qual for o tamanho, sua composição ou suas causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desarraigadas, migrantes económicos.” (IOM, 2010)

Tabela 2. Estrangeiros dos Países Mediterrânicos na UE, por nacionalidades

	Argélia	Marruecos	Túnez	Egipto	Síria	Jordânia	Libano	Palestina	Israel	Turquia	Total Euromed	Total extranjeros
Belgica (2008)	8.131	79.858	3.587	1.003	1.491		1.370		1.492	39.532	136.644	971.000
Bulgaria (2008)	90	56	46	102	1.945		932			3.928	6.999	24.000
República Checa (2008)	590	194	493	391	458	206	283	107	762	1.100	4.584	348.000
Dinamarca (2009)	298	2.783	449	573	810	745	1.268		615	29.020	36.861	298.000
Alemania (2007)	13.217	67.989	23.228	11.217	28.161	7.840	38.613		9.742	1.713.551	1.913.558	7.255.000
Estonia (2009)	1	1		1			1		16	6	26	229.000
Irlanda (2006)	848	354	133	743	141	203	123	115	237	766	3.663	554.000
Grecia (2006)	188	550	271	9.461	5.747	491	754	217	169	947	18.795	906.000
Espanha (2009)	52.990	627.858	2.065	5.747	491	754	217	169	947	2.707	693.945	5.262.000
Francia (2007)	682.931	685.567	225.618	14.932			25.177			266.927	1.901.152	3.674.000
Italia (2008)	24.387	403.592	100.112	74.599	3.701	2.692	3.779	424	2.385	16.225	631.896	3.433.000
Chipre (2001)	6	11	13	705	1.436	205	869	96	93	35	3.469	125.000
Letonia (2009)	8	10		29	21	8	34		318	71	493	415.000
Lituania (2009)	8	5	8	27	10	9	52		241	205	565	43.000
Luxemburgo (2006)	224	430	213	33	4	3	46		58	292	1.303	206.000
Hungria (2006)	259	57	46	293	778	281	110	65	825	779	3.523	177.000
Malta (2008)	25	118	201	208	156	33	43	26	10	138	958	15.000
Países Baixos (2008)	782	74.869	1.200	2.562	582	220	365		1.498	93.746	175.824	688.000
Austria (2008)	643	911	1.515	5.008	1.209	334	563		1.411	110.878	122.322	835.000
Polonia (2008)		129	281	219	232				229	1.433	2.523	58.000
Portugal (2002)	107	567	38	71	78	80	192	10	104	101	1.348	446.000
Rumania (2006)	2	1	1	3	1.453	571	871		918	2.710	6.530	26.000
Eslovania (2009)	8	5	17	24	5	15	4		19	58	155	69.000
Eslováquia (2006)	23	12	38	43	47	23	36	20	146	120	508	41.000
Finlândia (2008)	252	702	255	279	140	137	100	16	328	2.886	5.095	133.000
Suecia (2007)	635	1.615	1.042	837	3.104	1.025	2.349		479	10.026	21.112	524.000
Reino Unido (2004)	7.482	5.797	1.054	3.514			7.534		4.912	36.093	66.686	4.021.000
Total	794.135	1.954.041	361.994	132.668	32.290	15.875	86.485	1.295	27.854	2.332.989	5.769.537	30.776.000

Elaboração propia. Fuente: Instituto estadístico oficial de cada uno de los países de la UE. FR datos del INED, HU/DJ/UK/CY/RO/SK, datos de Eurostat. Datos disponibles más recientes. Publicación extranjeros extrajera del Eurostat, datos de referencia de extranjeros residentes en Europa del año 2008.

FONTE: MED.2010, 2011: 402

O sistema migratório - O Mediterrâneo é uma área geoestratégica única, que se caracteriza pela sua diversidade e contrastes, por ser um espaço de cooperação e de tensões, de trocas e choques culturais, de cooperação económica e exploração (JOSEPH, 2006: 1), o que explica a diversidade e também a complexidade dos movimentos migratórios: mobilidade no sentido Sul Norte (Magrebe-Europa), Sul Sul (da Líbia para a Tunísia e Egipto e dos países do Magrebe e Egipto para o Golfo Pérsico) e Este Oeste (dos Balcãs e Turquia para a Europa Ocidental); movimentos intracontinentais e intercontinentais, migrações legais e irregulares. Estamos perante um sistema complexo. Ainda que o saldo migratório aparente dos países continue a permitir distinguir países de emigração e países de imigração, a realidade vai muito além destas simples distinções, uma vez que existem cada vez mais territórios que asseguram três funções em simultâneo: emigração⁷, imigração⁸ e trânsito (Figura 3).

⁷ Emigração: "The act of departing or exiting from one State with a view to settle in another. International human rights norms provide that all persons should be free to leave any country, including their own, and that only in very limited circumstances may States impose restrictions on the individual's right to leave its territory." (IOM 2004: 21).

⁸ Imigração: "A process by which non-nationals move into a country for the purpose of settlement." (IOM 2004: 31).

Figura 3. Perfis de mobilidade na Bacia do Mediterrâneo



FONTE: European Council Resource Centre, 2011

1. Espaços migratórios intracontinentais

Mau grado a dificuldade em classificar cada um dos países mediterrânicos, é possível distinguir três espaços com dinâmicas e causas próximas algo distintas: o africano, o asiático e o europeu:

1. No **Mediterrâneo africano** os fluxos migratórios obedecem a motivações essencialmente económicas. Existem quatro países de emigração (Marrocos, Argélia, Tunísia e Egipto) e um de imigração (Líbia). Este último tem sido o destino de refugiados do Sudão e de outros países e sobretudo de migrantes económicos provenientes da África subsaariana e do Egipto, dada a importância dos seus recursos naturais em petróleo, gás natural, calcário e outros tipos de recursos que sustentam diversas indústrias, designadamente a siderurgia e a construção civil. Contudo, a situação tem vindo a deteriorar-se desde a segunda metade da década de 80, agravada pela actual crise política⁹.

2. No **Mediterrâneo asiático** as migrações estão muito ligadas a vicissitudes políticas, de que são exemplo as provocadas pelo conflito do Médio Oriente ou pela questão turca. A guerra na Líbia no período 1974-1991, seguida das tensões políticas no país, gerou grandes fluxos migratórios, nomeadamente para o Chipre e para o Território Palestiniano, tendo este último acolhido quase metade da população migrante.

3. No **Mediterrâneo europeu** conjugam-se migrações por motivos económicos e políticos, cujo volume tem subido de forma substancial nos últimos cinco anos. Para além de França, país com longa tradição no que respeita a migrações mediterrânicas, nomeadamente de nacionais das suas ex-colónias, o número de imigrantes atinge valores crescentes em Portugal, Espanha, Grécia e Roménia, países que só recentemente se tornaram espaços atractivos (FARON, GEORGE, 1999: 374-350).

Os países da orla do *Mare Nostrum* são igualmente zonas de trânsito e destino para migrantes originários da África subsaariana, do Médio Oriente ou de países asiáticos mais remotos, como a Índia ou o Paquistão. A extensão geográfica de cada rota não implica que aqueles que a usam a atravessem na totalidade. Com efeito, os países de origem podem diferir, os países de destino podem situar-se ao longo da rota e muitos indivíduos podem permanecer longos períodos de tempo nos países de trânsito, nomeadamente devido à falta de possibilidade de atravessar as suas fronteiras.

O estatuto dos países evolui com os fluxos predominantes e varia entre países de origem, de trânsito e de destino ou das várias possíveis combinações entre os três. Veja-se o exemplo de Espanha, país de emigração para profissionais qualificados de outros países europeus e país de trânsito e de imigração para cidadãos provenientes de Marrocos, da Argélia e outras origens. Ou ainda o caso de Marrocos, um país de emigração para Espanha, França e Itália, e de trânsito e imigração para cidadãos da África Subsariana. A Albânia e a Bósnia e Herzegovina são países de trânsito para grupos organizados que promovem imigrações clandestinas procedentes da Europa oriental, bem como da Ásia para a UE.

2. Espaços migratórios intercontinentais

⁹ Segundo dados do Conselho Europeu (2011), desde o início do ano e até Junho de 2011 saíram da Líbia mais de um milhão de pessoas com destino a outros países vizinhos africanos e Europa.

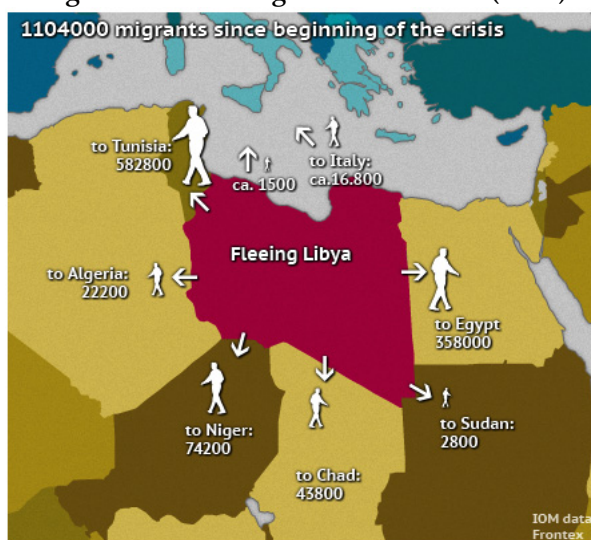
Os fluxos migratórios intercontinentais apresentam três direcções de trocas: África-Ásia, África-Europa e Ásia-Europa.

Entre os continentes africano e asiático a mobilidade é essencialmente entre povos árabes, nomeadamente de Palestínianos que fornecem à Líbia muita mão-de-obra. Em termos de volume são menos significativas que as existentes entre a África e a Europa. A emigração magrebina (Marrocos, Argélia e Tunísia) com raízes históricas mais recuadas tem como principal destino os países do sul da UE e tem vindo a aumentar, nomeadamente devido aos resultados limitados de desenvolvimento argelino e em certas regiões marroquinas (FARON, GEORGE, 1999: 347-355). Na Tunísia a vaga de emigração começou em força nos anos 1950 devido aos imprevistos da independência. As emigrações magrebina para os países da Europa do sul têm privilegiado quase exclusivamente a antiga metrópole, França, por afinidades culturais e linguísticas. Porém, nos últimos anos, outros países do Mediterrâneo europeu, sobretudo Espanha e Itália, surgiram como destino, desta feita explicado sobretudo pelo factor de proximidade.

A contrastar com esta tendência existem países como o Egipto, onde o volume de migrantes é pouco expressivo. A tradição migratória egípcia é recente e privilegia os países árabes produtores de petróleo, como a Líbia. No entanto a tensão política e social vivida em ambos os Estados abalou as suas economias e alterou as lógicas da emigração.

Com a “Primavera Árabe” assistimos a um intensificar dos fluxos Sul Norte, particularmente da Líbia, Tunísia e Egipto para Itália. De acordo com dados recentes do Conselho Europeu, só às fronteiras marítimas de Itália já chegaram desde o início de 2011 cerca de 44,3 mil imigrantes (maioritariamente da Tunísia e Líbia), levantando diversas questões ao nível do controle fronteiriço, imigração irregular, direitos humanos, segurança humana, entre outros (Figura 4). Cresce também a mobilidade entre os países do Sul do *Mare Nostrum*, nomeadamente de refugiados.

Figura 4. Fluxos migratórios da Líbia (2011)



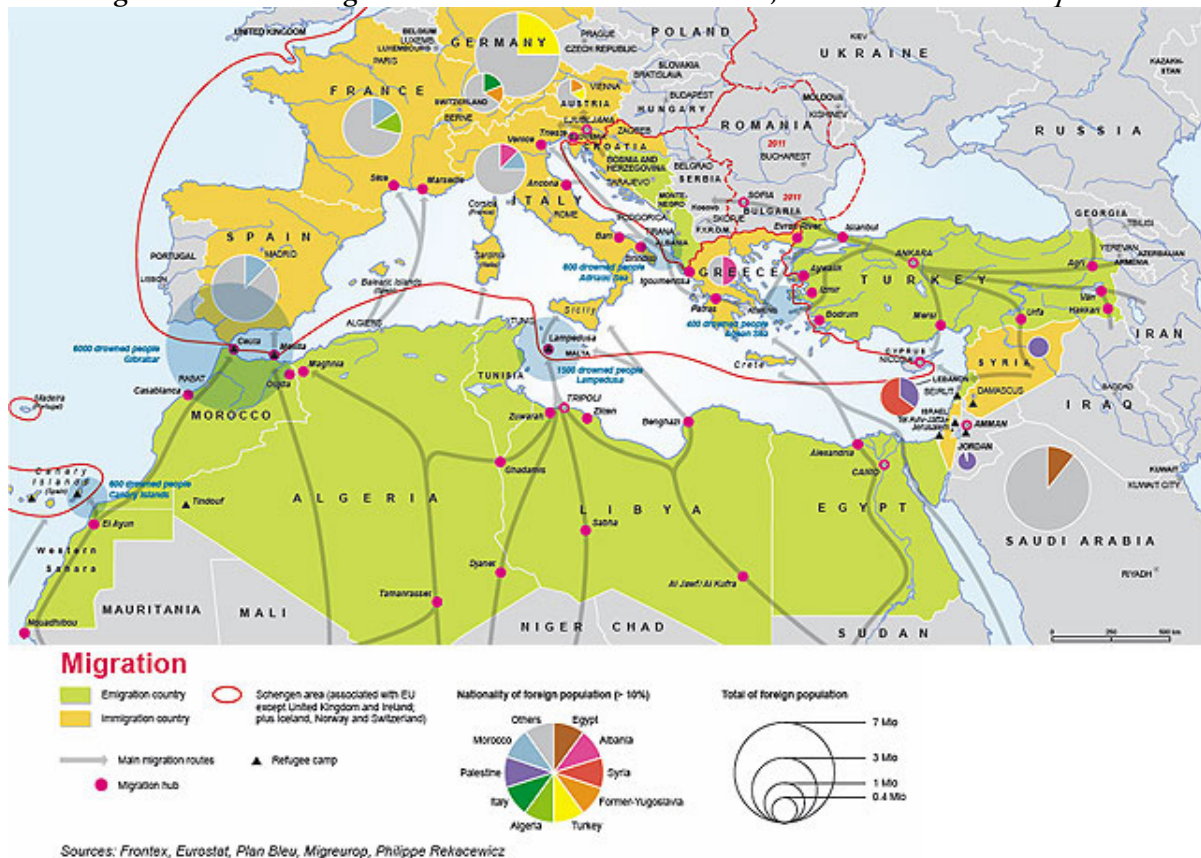
FONTE: European Council Resource Centre, 2011

Presente e futuro dos fluxos migratórios na Bacia do Mediterrâneo - As disparidades de desenvolvimento e as desigualdades internas, bem como o diferencial demográfico entre as duas margens, estão na origem do fluxo migratório Sul Norte. Nos países do Norte de África grande parte da população está sujeita à pobreza, a salários baixos, ao desemprego, à dificuldade no acesso à educação e direitos humanos, o que potencia todas as formas de emigração, sobretudo a ilegal e irregular. Este hiato entre a margem norte e sul do *Mare Nostrum*, aliado à proximidade geográfica da Europa e à quase inexistência de barreiras físicas (apenas o mar, fronteira natural, separa as duas margens), incitam ainda mais este desejo, que se traduz frequentemente em imigrações ilegais (Figura 5).

A emigração do Mediterrâneo Sul e Oriental mantém-se constante. Mas o número de entradas nestes países está a aumentar, particularmente a ilegal. Como já vimos, a Europa não é o único destino da

população do Mediterrâneo Sul e Oriental, já que o continente americano e o próprio Sul do Mediterrâneo surgem como destinos possíveis.

Figura 5. Estatuto migratório no Mediterrâneo. Volumes, nacionalidades e *choke-points*



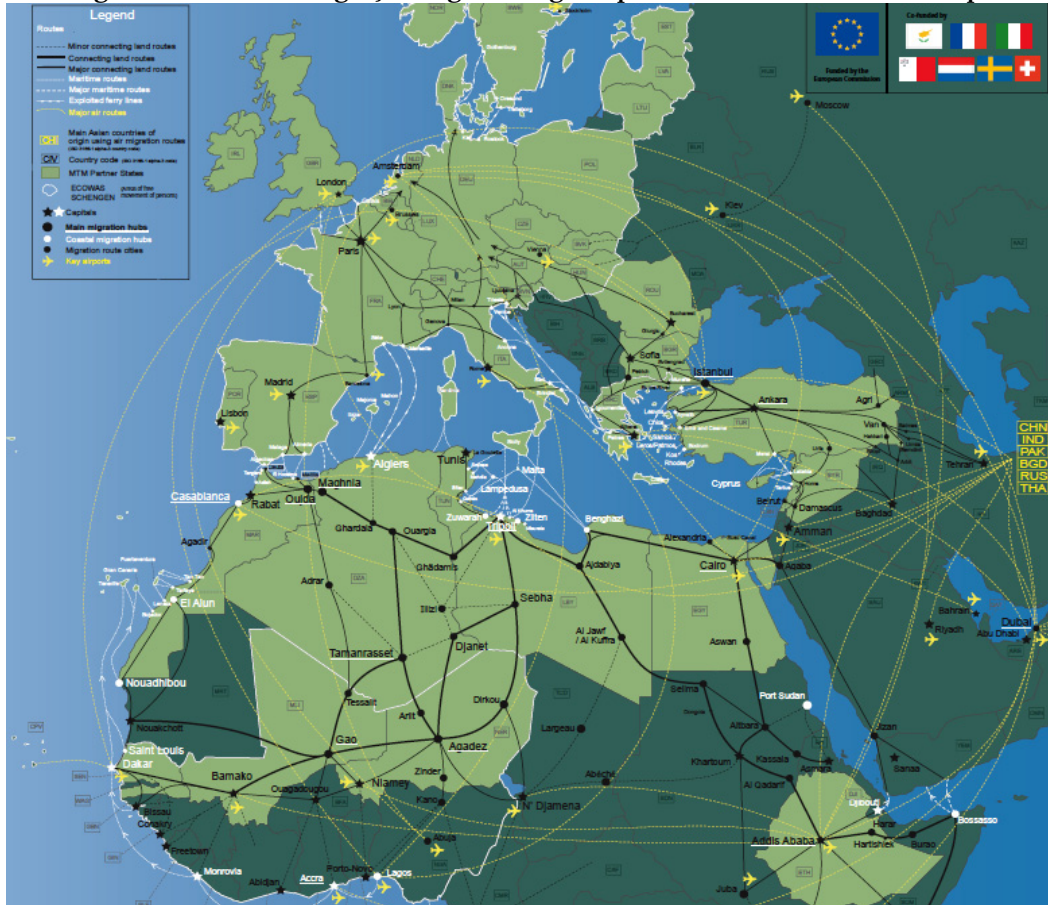
FONTE: MEDSEC, 2011

A Tabela 3 apresenta os saldos migratórios médios propostos pelas Nações Unidas no horizonte 2050. Constatamos que os perfis associados aos diferentes Estados na actualidade se mantêm na primeira metade do século XXI: a) 9 países apresentam saldos migratórios negativos, b) 6 registarão saldos nulos ou ligeiramente positivos e c) os restantes 5 resultados favoráveis muito significativos. Os estados do Norte de África e da Ásia Ocidental são predominantemente de saída e os europeus de entrada. Embora os volumes esperados variem de forma proporcional à dimensão das unidades políticas consideradas, eles são muito positivos em 4 países da EU¹⁰. Egipto e Marrocos apresentam valores muito negativos, no último caso também em redução. Os restantes mantêm os seus perfis de pendor negativo ou positivo.

As migrações ilegais constituem um desafio nesta região. Estima-se que 50 a 100 mil pessoas anualmente atravessassem o Mediterrâneo de forma ilegal, para entrarem na Europa (Figura 6) (DÜVEL, 2008). Só na última década registaram-se 8 mil mortes, embora os números reais devam ser superiores. Este problema tem-se agravado e a UE tem empregue muitos dos seus recursos na tentativa de encontrar uma solução. Não obstante, há que distinguir imigração irregular e ilegal. A maioria dos migrantes irregulares chegam à Europa por canais legítimos, deixando expirar os seus vistos, o que os faz cair em situação de irregularidade; já os imigrantes ilegais são os que entram num território sem qualquer tipo de documento legal (visto). Estima-se que no triénio 2005-2007 cerca de 1,4 milhões de pessoas permaneciam ilegais na Europa (OIM, 2010). Os cidadãos albaneses e marroquinos são os dois maiores grupos de imigrantes em situação irregular e objecto de detecção e repatriamento.

¹⁰ Embora tendam a reduzir-se, o que está ligado à perda de residentes, sobretudo no caso italiano e espanhol, onde se esperam descidas para metade e um terço, respectivamente.

Figura 6. Fluxos de migração ilegal e irregular para o Mediterrâneo e a Europa



FONTE: International Centre for Migration Policy Development, 2011.

O diálogo cooperativo - A gestão da imigração na Europa é condicionada pela necessidade de manter canais para a imigração legal, de controlar as entradas através do reforço dos controlos fronteiriços e de integrar os migrantes. Apesar da comunitarização da política de imigração da UE, os Estados Membros mantêm alguma relutância em abdicar totalmente da sua soberania nestas questões, defendendo (alguns) medidas nacionais mais restritivas. Apenas políticas de imigração coerentes e compreensivas poderão traduzir-se numa gestão mais eficaz dos fluxos e permitirão aos Estados recolher benefícios da imigração e integração dos migrantes (FERREIRA, 2010).

Cabe referir que a gestão dos fluxos migratórios se torna matéria de extrema dificuldade, desde logo porque envolve indivíduos com estatutos diferentes (nomeadamente refugiados, migrantes económicos e vítimas de tráfico), o que complica o encontrar de soluções igualmente satisfatórias para todos. Tornam-se necessárias medidas para gerir estes fluxos mistos, voltados para cada categoria específica, o que aumenta os desafios para os sistemas de gestão da migração. Com o objectivo de reabrir canais legais de imigração têm sido assinados acordos bilaterais e criadas várias formas de cooperação, entre as quais cumpre destacar a Parceria Euro-Mediterrânica.

A bacia do Mediterrâneo apresenta diversos desafios que decorrem da intensidade dos fluxos migratórios, do volume de migrações ilegais, de tensões existentes nos Balcãs e no Médio Oriente, da ameaça do terrorismo e da criminalidade organizada, entre outros. Daí o interesse natural da UE nos países mediterrânicos relativamente aos seus vizinhos. O Processo de Barcelona¹¹ (1995) e a Parceria Euro-Mediterrânica (PEM)¹² reflectem a política da União Europeia para com os países da orla mediterrânica. Trata-se de um processo multilateral, que tem como objectivo a criação de um espaço de paz, prosperidade e segurança no Mediterrâneo, assim como uma maior integração e coesão regional.

A PEM define três dimensões de acção prioritárias: a segurança, o comércio e a circulação de pessoas e a grande aposta consiste na redução das pressões migratórias através da criação de empregos, do combate à imigração ilegal e da protecção dos direitos dos imigrantes legais. Na linha, aliás, do defendido no plano de acção das Nações Unidas no que respeita às migrações internacionais.

Em 2008 é criada a União para o Mediterrâneo¹³, extensível aos países não ribeirinhos¹⁴, que revitaliza o Processo de Barcelona. A União para o Mediterrâneo procura estreitar as relações entre os países membros, através da definição de medidas concretas e mais visíveis, dando uma nova vitalidade à parceria e elevando o nível político da relação entre a UE e os países mediterrânicos. A cooperação em matéria de justiça, migração e integração social é igualmente um elemento importante da União. O reforço da segurança, nomeadamente, é uma das questões centrais do Mediterrâneo devido aos fluxos migratórios massivos de clandestinos e ao terrorismo proveniente de grupos extremistas vindos do Médio Oriente. De igual modo, também a preservação ambiental é uma das preocupações, cada vez mais patente nas agendas de cooperação entre os países, uma vez que poderá resultar, entre outros, em fluxos de refugiados ambientais.

Outras formas de cooperação têm sido desenvolvidas na região, como o Diálogo 5+5¹⁵, tanto ao nível de organizações internacionais (de que é exemplo a NATO) como de conferências internacionais (como o Processo de Rabat e o Processo de Trípoli, ambos em 2006). Contudo, factores internos e externos continuam a condicionar as relações entre os países mediterrânicos. De lembrar o conflito israelo-palestiniano, que afecta não só as relações Sul Sul, mas também as relações Norte Sul, ou ainda a divergência de prioridades entre as duas margens do *Mare Nostrum*, que para os países do sul se centra nas questões de co-desenvolvimento e na flexibilidade do diálogo conjunto e na orla norte foca a

¹¹ “The Barcelona Process was launched in November 1995 by the Ministers of Foreign Affairs of the then, 15 EU members and 14 Mediterranean partners, as the framework to manage both bilateral and regional relations” (European Union External Action, 2011).

¹² “The Euro-Mediterranean Partnership or “Union for the Mediterranean” constitutes the policy of the European Union towards the Mediterranean countries. Its purpose is to strengthen the links between the Union and the partner countries, whilst encouraging closer ties among the Mediterranean countries themselves.” (EU Legislation Summaries, 2011).

¹³ “The Union for the Mediterranean promotes economic integration and democratic reform across 16 neighbours to the EU's south in North Africa and the Middle East.” (European Union External Action, 2011).

¹⁴ Este bloco transcontinental inclui os 27 Estados Membros da UE e 17 parceiros. As nações parceiras compreendem países do Norte de África (Argélia, Marrocos, Tunísia, Mauritânia, Egipto e Líbia), países balcânicos (Albânia, Bósnia e Herzegovina, Croácia e Montenegro) e países do Oriente Médio (Jordânia, Síria, Líbano, Israel, territórios palestinos), além da Turquia e do Mónaco.

¹⁵ Lançado em Roma em 1990 e composto por cinco Estados europeus (Espanha, França, Itália, Malta e Portugal) e cinco Estados africanos (Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia).

necessidade de responsabilidade conjunta, do controlo dos fluxos e gestão das migrações ilegais. Alguma tensão entre os Estados envolvidos não permite chegar a resultados mais tangíveis. Só uma responsabilidade partilhada entre países de origem, trânsito e destino permitirá a gestão eficaz dos fluxos migratórios.

Considerações finais

Os países mediterrânicos representam na actualidade um papel relevante no contexto das migrações internacionais, porque se situam na confluência de dois sistemas migratórios de grande risco: uma grande área de mobilidade (como África) e a mais procurada das regiões de acolhimento mundial (a Europa). Da nossa análise inferimos que a pressão migratória no espaço mediterrânico continuará a aumentar nos próximos anos, nomeadamente no sentido Sul Norte, motivada pelo diferencial demográfico, pela instabilidade política e sobretudo pela procura de melhores condições de vida. Porém, tal como vimos, nem todas as migrações se dão neste sentido ou têm como destino a margem norte.

A bacia do Mediterrâneo é uma região de tensões geopolíticas. A recente “Primavera Árabe” é disso prova. O agudizar dessas tensões fomenta o intensificar do volume de migrantes ilegais no sentido Sul Norte e também Sul Sul. A chegada de grandes vagas de ilegais à fronteira sul da UE tem levantado questões quanto à necessidade de alterações ao Tratado de Schengen. Contudo, a atenção dos estados não se pode centrar apenas nas fronteiras e nos controlos internos. A definição de políticas de cooperação deve ter em linha de conta os direitos humanos dos migrantes. E não só.

O diálogo cooperativo é essencial para o controlo e administração sustentável dos contingentes, mesmo que os resultados até hoje não sejam muito satisfatórios. Este diálogo deve envolver não só os países de acolhimento, mas também os de origem e de trânsito, ou seja, todos devem ser chamados a colaborar. Valores como governança, cooperação, segurança humana e estabilidade política e social, entre outros, são indispensáveis para a manutenção da estabilidade e segurança regional. Estes deverão orientar a gestão das migrações no Mediterrâneo, uma gestão coordenada e compreensiva, a qual é essencial como garante de estabilidade regional.

Bibliografia

AURABELL, Gemma, ARAGALL, Xavier (2001) “As migrações na região euro-mediterrânica: orientações e tendências” (Disponível em: <http://iemed.academia.edu/XavierAragall/Papers/364557> acessado a 25 de Junho de 2011)

CARIM – *Consortium for Applied Research on International Migration* (www.carim.org).

Conselho Europeu (Disponível em: <http://www.eucouncilfiles.eu> acessado a 26 de Junho de 2011).

DÜVEL, F. (2008) “Migrants and Refugees on the Fringes of Europe: Transit Migration, Mixed Flows and New Policy Challenges” *Metropolis World Bulletin* Vol. 8

ESPON (2009) *Territorial dynamics in Europe: Trends in population development*, ESPON 2013 Programme, Comissão Europeia, Bruxelas (Disponível em: http://www.espon.eu/mmp/online/website/content/programme/1455/2175/2176/2177/index_EN.html acessado em 13 Julho 2009)

EU, *EU Legislation Summaries Glossary* (Disponível em: http://europa.eu/legislation_summaries/glossary/barcelona_process_en.htm, acessado em 25 de Junho de 2011)

European Council Resource Centre (2011) *Southern Neighbourhood* (Disponível em: <http://www.eucouncilfiles.eu/free-movement-and-migration/folder/southern-neighbourhood> acessado a 3 de Junho de 2011)

European Union External Action (Disponível em: http://ecas.europa.eu/euromed/barcelona_en.htm acessado em 25 de Junho de 2011)

- FARGUES, Phillippe (2009) “Mediterranean Migration 2008-2009 Report”, October (Disponível em: http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/11861/CARIM%20Migration_Report%2020082009%20revised%20Oct09.pdf?sequence=3 acessado a 15 de Junho de 2011)
- FARON, O., GEORGE, P. (1999) “Les migrations européennes de la Grande Guerre à nos Jours », in *Histoire des Populations de l'Europe* (Bardet, J-P, Dupâquier, J., dir.), Fayard, Paris, III: 355-375.
- FERREIRA, Susana Raquel de Sousa (2010) *A Política de Imigração Europeia: instrumento da estratégia anti-terrorista?* Tese de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, Especialidade Estudos Europeus - UNL (policopiado)
- International Center for Migration Policy Development (2011) (Disponível em: <http://www.icmpd.org/magheb0.html>. Acessado a 20 de Abril de 2011).
- IOM (2004) “*International Migration Law – Glossary on Migration*” Geneva (Disponível em: http://www.iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/published_docs/serial_publications/Glossary_eng.pdf acessado em 01 de Junho de 2011).
- IOM (2010) *World Migration Report 2010 – The Future of Migration: Building capacities for change*, Genebra, 2010
- JOSEPH, J. S. (2006) “The Barcelona Process and the Search for Political Stability and Security in the Mediterranean – Context, Objectives and Achievements”, in PRAUSSELLO, F. (ed.) “*Sustainable Development and Adjustment in the Mediterranean Countries following the EU enlargement*”, Milão
- KINSELLA, Kevin, PHILLIPS, David R (2005), *Global Ageing: The Challenge of Success. Population Bulletin. 60*, Population Reference Bureau. Washington
- MED (2010) «El Mediterráneo en cifras», *MED.2010, Anuario IEMed. DEL MEDITERRÁNEO* <http://www.iemed.org/anuari/2010/esumari.php>.
- MEDSEC (2011) “Environment and Security issues in the Southern Mediterranean Region - Exploring and Mapping the Issues” (Disponível em: <http://www.medsecnet.org/images/stories/files/medmigration-print.pdf> Acessado a 2 de Junho de 2011)
- PINTO, M. C. (2004) “Um regime de segurança par o Mediterrâneo: as dificuldades do processo” *Nação e Defesa*, nº109, 2ª série, pp.87-99.
- RODRIGUES, Teresa (2009), “Realidades Demográficas no Mediterrâneo. (I) - Dinâmicas Actuais e Cenários Prospectivos” FLAD/GEEMA – Segurança, Defesa e Geopolítica (*Working Paper*), (Disponível em: <http://www.geema.org/?no=251000100075,001> acessado em 24 Outubro 2011)
- RODRIGUES, Teresa, FERREIRA, Susana de Sousa (2011) “Realidades Demográficas no Mediterrâneo. II – Dinâmicas migratórias e análise a longo prazo das tendências demográficas (1950-2050)” (*Working Paper*), FLAD/GEEMA – Segurança, Defesa e Geopolítica, Julho (Disponível em: <http://www.geema.org/index.htm?no=2510001> acessado em 24 Outubro 2011)
- UN (2009) *World Migration Stock. The 2008 revision*, Nova Iorque (Disponível em: <http://esa.un.org/migratiON/index.asp?panel=1> acessado em 24 Outubro 2009).
- UNDP (2010) *World Population Prospects: The 2010 Revision*, Nova Iorque (Disponível em: <http://esa.un.org/unpp/p2k0data.asp> acessado em 10 Outubro 2011).